

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	
Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto	9
Preâmbulo	9
Princípios fundamentais	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	13
TÍTULO I Princípios gerais	13
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	16
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	16
CAPÍTULO II Direitos, liberdades e garantias de participação política	24
CAPÍTULO III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores	25
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	27
CAPÍTULO I Direitos e deveres económicos	27
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	29
CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais	33
PARTE II Organização económica	37
TÍTULO I Princípios gerais	37
TÍTULO II Planos	40
TÍTULO III Políticas agrícola, comercial e industrial	41
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	43
PARTE III Organização do poder político	45
TÍTULO I Princípios gerais	45
TÍTULO II Presidente da República	49
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	49
CAPÍTULO II Competência	52
CAPÍTULO III Conselho de Estado	54
TÍTULO III Assembleia da República	56
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	56

CAPÍTULO II Competência	59
CAPÍTULO III Organização e funcionamento	64
TÍTULO IV Governo	68
CAPÍTULO I Função e estrutura	68
CAPÍTULO II Formação e responsabilidade	69
CAPÍTULO III Competência	71
TÍTULO V Tribunais	73
CAPÍTULO I Princípios gerais	73
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	74
CAPÍTULO III Estatuto dos juízes	75
CAPÍTULO IV Ministério Público	77
TÍTULO VI Tribunal Constitucional	77
TÍTULO VII Regiões Autónomas	79
TÍTULO VIII Poder Local	83
CAPÍTULO I Princípios gerais	83
CAPÍTULO II Freguesia	85
CAPÍTULO III Município	86
CAPÍTULO IV Região administrativa	86
CAPÍTULO V Organizações de moradores	88
TÍTULO IX Administração Pública	88
TÍTULO X Defesa Nacional	91
PARTE IV Garantia e revisão da Constituição	93
TÍTULO I Fiscalização da constitucionalidade	93
TÍTULO II Revisão constitucional	96
Disposições finais e transitórias	99
II - LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM	
Aviso, DR nº 57, Série I, de 09-03-1978	103
LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	
Lei nº 28/82, de 15 de Novembro	109
TÍTULO I Disposições gerais	109
TÍTULO II Competência, organização e funcionamento	110
CAPÍTULO I Competência	110
CAPÍTULO II Organização	112
SECÇÃO I Composição e constituição do Tribunal	112
SECÇÃO II Estatuto dos juízes	115
SECÇÃO III Organização interna	119
CAPÍTULO III Funcionamento	121
SECÇÃO I Funcionamento do Tribunal	121
SECÇÃO II Secretaria e serviços de apoio	122

CAPÍTULO IV Regime financeiro	123
TÍTULO III Processo	124
CAPÍTULO I Distribuição	124
CAPÍTULO II Processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade	125
SUBCAPÍTULO I Processos de fiscalização abstracta	125
SECÇÃO I Disposições comuns	125
SECÇÃO II Processos de fiscalização preventiva	127
SECÇÃO III Processos de fiscalização sucessiva	128
SECÇÃO IV Processos de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	129
SUBCAPÍTULO II Processos de fiscalização concreta	129
CAPÍTULO III Outros processos	137
SUBCAPÍTULO I Processos relativos à morte, impossibilidade física permanente, impedimento temporário, perda de cargo e destituição do Presidente da República	137
SUBCAPÍTULO I-A Processos relativos ao contencioso da perda do mandato de Deputados	139
SUBCAPÍTULO II Processos eleitorais	140
SECÇÃO I Processo relativo à eleição do Presidente da República	140
SUBSECÇÃO I Candidaturas	140
SUBSECÇÃO II Desistência, morte e incapacidade de candidatos	141
SUBSECÇÃO III Apuramento geral da eleição e respectivo contencioso	142
SECÇÃO II Outros processos eleitorais	142
SUBCAPÍTULO III Processos relativos a partidos políticos, coligações e frentes	144
SUBCAPÍTULO IV Processos relativos a organizações que perfilhem a ideologia fascista	147
SUBCAPÍTULO V Processos relativos à realização de referendos e de consultas directas aos eleitores a nível local	148
SUBCAPÍTULO VI Processos relativos a declarações de rendimentos e património dos titulares de cargos públicos	148
SUBCAPÍTULO VII Processo relativo a declarações de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos	149
TÍTULO IV Disposições finais e transitórias	150
INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS	
Lei nº 17/2003, de 4 de Junho	153
CAPÍTULO I Disposições gerais	153
CAPÍTULO II Requisitos e tramitação	154
CAPÍTULO III Disposições finais	156

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR

Lei nº 83/95, de 31 de Agosto	157
CAPÍTULO I Disposições gerais	157
CAPÍTULO II Direito de participação popular	158
CAPÍTULO III Do exercício da acção popular	160
CAPÍTULO IV Responsabilidade civil e penal	162
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	163

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO

Lei nº 43/90, de 10 de Agosto	165
CAPÍTULO I Disposições gerais	165
CAPÍTULO II Forma e tramitação	167
CAPÍTULO III Petições dirigidas à Assembleia da República	169
CAPÍTULO IV Disposição final	174

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Lei nº 39/80, de 5 de Agosto	175
Preâmbulo	175
TÍTULO I Região Autónoma dos Açores	176
TÍTULO II Princípios fundamentais	179
TÍTULO III Regime económico e financeiro	180
CAPÍTULO I Princípios gerais	180
CAPÍTULO II Autonomia financeira da Região	181
CAPÍTULO III Autonomia patrimonial da Região	182
TÍTULO IV Órgãos de governo próprio	183
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa	183
SECÇÃO I Estatuto e eleição	183
SECÇÃO II Competência da Assembleia Legislativa	186
SUBSECÇÃO I Competência em geral	186
SUBSECÇÃO II Matérias de competência legislativa própria	192
SECÇÃO III Organização e funcionamento da Assembleia Legislativa	199
CAPÍTULO II Governo Regional	202
SECÇÃO I Função, estrutura, formação e responsabilidade	202
SECÇÃO II Competência do Governo Regional	205
CAPÍTULO III Estatuto dos titulares de cargos políticos	207
SECÇÃO I Disposições comuns	207
SECÇÃO II Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa	209
SECÇÃO III Estatuto dos membros do Governo Regional	212
CAPÍTULO IV Representante da República	212
TÍTULO V Relação da Região com outras pessoas colectivas públicas	213
CAPÍTULO I Da cooperação em geral	213

CAPÍTULO II Da audição dos órgãos de governo próprio pelos órgãos de soberania	214
TÍTULO VI Das relações internacionais da Região	217
TÍTULO VII Organização das administrações públicas	219
CAPÍTULO I Administração regional autónoma	219
CAPÍTULO II Outros órgãos regionais	220
CAPÍTULO III Administração do Estado	221
CAPÍTULO IV Administração local	222
TÍTULO VIII Revisão do Estatuto	222

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Lei nº 13/91, de 5 de Junho	225
TÍTULO I Princípios fundamentais	225
TÍTULO II Órgãos de governo próprio e administração pública regional	227
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa Regional	227
SECÇÃO I Definição, eleição e composição	227
SECÇÃO II Estatuto dos deputados	228
SECÇÃO III Competência	233
SECÇÃO IV Funcionamento	237
CAPÍTULO II Governo Regional	241
SECÇÃO I Definição, constituição e responsabilidade	241
SECÇÃO II Estatuto dos membros do Governo Regional	243
SECÇÃO III Competência	244
SECÇÃO IV Funcionamento	246
CAPÍTULO III Estatuto remuneratório	246
CAPÍTULO IV Administração pública regional	248
TÍTULO III Relações entre o Estado e a Região	249
CAPÍTULO I Representação do Estado	249
CAPÍTULO II Relações entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio	250
SECÇÃO I Relacionamento entre a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa Regional	250
SECÇÃO II Audição dos órgãos de governo próprio	250
SECÇÃO III Protocolos	251
SECÇÃO IV Participação da Região em negociações internacionais	252
CAPÍTULO III Fiscalização da constitucionalidade e da legalidade	252
TÍTULO IV Do regime financeiro, económico e fiscal	253
CAPÍTULO I Princípios gerais	253
CAPÍTULO II Do regime financeiro	256
SECÇÃO I Receitas regionais	256
SUBSECÇÃO I Receitas e despesas	256
SUBSECÇÃO II Receitas fiscais	257



SUBSECÇÃO III Dívida pública regional	257
SUBSECÇÃO IV Transferências do Estado	258
SUBSECÇÃO V Apoios especiais	259
SECÇÃO II Relações financeiras entre a Região e as autarquias locais	259
CAPÍTULO III Do regime económico	259
SECÇÃO I Da economia regional	259
SECÇÃO II Da concretização dos princípios da solidariedade e da continuidade territorial	260
SUBSECÇÃO I Transportes	260
SUBSECÇÃO II Telecomunicações	260
SUBSECÇÃO III Energia	261
SUBSECÇÃO IV Outras áreas específicas	261
CAPÍTULO IV Do regime fiscal	262
SECÇÃO I Enquadramento geral	262
SECÇÃO II Competências legislativas e regulamentares	262
SECÇÃO III Competências administrativas	263
SECÇÃO IV Taxas e preços públicos regionais	264
CAPÍTULO V Património da Região	264
CAPÍTULO VI Centro Internacional de Negócios	265
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	265

SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto	9
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM Aviso, DR nº 57, Série I, de 09-03-1978	103
LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL Lei nº 28/82, de 15 de Novembro	109
INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS Lei nº 17/2003, de 4 de Junho	153
DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR Lei nº 83/95, de 31 de Agosto	157
EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO Lei nº 43/90, de 10 de Agosto	165
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Lei nº 39/80, de 5 de Agosto	175
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA Lei nº 13/91, de 5 de Junho	225
ÍNDICE-SUMÁRIO	269
SUMÁRIO	275